

CPSP recebeu 32 casos de animais mortos este ano

Numa reunião com a Associação Novo Macau e grupos de protecção animal, o Corpo de Polícia de Segurança Pública informou que este ano já recebeu 32 casos relacionados com animais encontrados sem vida. A associação deu conta das preocupações relativas aos processos que nunca viram um fim e pediu maior protecção dos animais

CATARINA PEREIRA

Desde Janeiro, o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) já registou um total de 32 casos relacionados com animais que foram encontrados mortos, indicou a Associação Novo Macau (ANM) que teve uma reunião com as autoridades, em conjunto com grupos de protecção animal.

Do total de casos, foram abertos processos criminais para o caso do Jardim dos Oceanos e Iao Hon. No primeiro, que aconteceu em Janeiro, um morador atirou cinco gatos pela janela, tendo os animais sido descobertos mais tarde. Já no caso da zona norte da cidade, foram encontrados seis gatos sem vida, em duas ocasiões



FOTO ANIMA/ARQUIVO

diferentes no mês passado.

De acordo com a associação, que cita as autoridades, “embora cada caso dependa de factores objectivos, como a exaustividade das provas no local, a polícia continua a envidar todos os esforços para investigar e acompanhar a situação”. “No futuro, o CPSP reforçará

divulgação de informações a quem denunciou e ao público, com base na premissa de observar o princípio do segredo de justiça”.

Rocky Chan, vice-presidente da Novo Macau, e o deputado Sulu Sou, também membro da associação, deram conta de que as pessoas “questionaram fortemente

os casos de tratamento cruel de animais que muitas vezes ficam por resolver” e que as autoridades têm sido criticadas pela falta de profissionalismo e eficácia na aplicação da lei.

Neste âmbito, observaram que, apesar da lei criminalizar o tratamento cruel de animais, muitos

casos, que envolvem, por exemplo, suspeitas de envenenamento, atropelamento, abate ou queda de animais não viram uma conclusão. A ANM deu como exemplo os gatos decapitados que foram descobertos o ano passado na Travessa dos Poços - o caso foi transferido para o Ministério Público após uma investigação, no entanto, não foi possível descobrir a identidade do culpado e o processo foi encerrado.

Já no que respeita aos recentes casos denunciados, não houve quaisquer progressos, apontaram. “Desde que a lei entrou em vigor, o número de processos e condenações bem sucedidas é muito diferente da situação real encontrada pelos grupos de protecção animal e voluntários na linha da frente”, observaram.

Assim, pediram que as autoridades melhorem as capacidades de aplicação da lei e reforcem a comunicação com o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM).

A polícia, por sua vez, disse acreditar que a implementação da Lei de protecção dos animais, que está em vigor há já quatro anos e meio, se faz “passo a passo” e que a sensibilização dos cidadãos sobre os animais também está a aumentar. Além disso, garantiu que vai reforçar a cooperação com o IAM.

Já os grupos de protecção animal mostraram preocupações sobre a forma como os cadáveres são tratados, tendo as autoridades prometido que vão estudar “activamente” melhor métodos de tratamento.

Pedida "abertura" da China para portugueses residentes de Macau

Na qualidade de deputada da RAEM na Assembleia Nacional Popular, Paula Ling submeteu uma proposta solicitando maior abertura da China para a concessão de vistos a portugueses residentes de Macau. Paula Ling quer mais medidas de benefício para os residentes de Macau com nacionalidade portuguesa com o objectivo de ajudar à sua integração na Grande Baía

VIVIANA CHAN

Depois de seis vogais de Macau na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) terem apresentado em Pequim uma proposta no sentido das autoridades ponderarem a reabertura das fronteiras da China para residentes estrangeiros de Macau e estrangeiros titulares de “blue-card”, Paula Ling, deputada de Macau na Assembleia Nacional Popular (ANP) sugeriu mais medidas de benefício para os residentes do território com nacionalidade portuguesa poderem integrar-se melhor na vida da Grande Baía.

De acordo com o “Ou Mun Tin Toi”, no úl-

timo dia da sessão anual da ANP, Paula Ling propôs que as autoridades chinesas flexibilizem a emissão de vistos para residentes de Macau com nacionalidade portuguesa interessados em visitar o Interior da China. Para a mesma responsável, caso sejam aliviadas as restrições, esses cidadãos poderão ter mais facilidades em fazer compras e viver na zona da Grande Baía.

No mesmo dia, um grupo de sete deputados de Macau na ANP - integrando Sio Chi Wai, Kevin Ho, Si Ka Lon, Kou Hoi In, Chui Sai Peng, Paula Ling e Lao Ngai Leong - entregou outra proposta no sentido de criar uma Bolsa de Valores em renminbis na zona da

Grande Baía. Os deputados sugeriram que essa Bolsa de Valores permita liberdade no fluxo de capitais e contribua para modernizar o sector financeiro, misturando finanças e tecnologia.

Recorde-se que o Governo de Macau já mencionou a possibilidade de criar, em Hengqin, essa Bolsa de Valores. A informação foi transmitida pela Comissão de Desenvolvimento Nacional e Reforma aos delegados de Macau na ANP.

Noutra proposta, os representantes locais Si Ka Lon, Lai Sai Kei, Kou Hoi In, Iong Weng Ian, Sio Chi Wai, Kevin Ho e Lao Ngai Leong apontaram o foco ao desenvolvimen-



FOTO ARQUIVO

DEFENDIDO RECONHECIMENTO DE PASSAPORTE DE VACINAÇÃO

O presidente da Associação de Indústria Turística de Macau, Andy Wu, acredita que a generalização da vacinação contra a COVID-19 na RAEM só deverá concretizar-se no terceiro ou quarto trimestre deste ano. Para Wu, o eventual reconhecimento da vacinação através de um “passaporte digital” é um sinal de esperança para o turismo de Macau. De acordo com o “Ou Mun Tin Toi”, a médica Lei Lok Fai salientou que o uso desse passaporte é uma “tendência mundial”, mas a sua aplicação prática não só necessita do apoio do Estado, como requer que mais de 80% da população seja vacinada.



FOTO SANTA CASA

SJM mantém apoio à Loja Social

No mês de Março, os cabazes da Loja Social da Santa Casa da Misericórdia de Macau com bens essenciais de apoio a famílias carenciadas contaram com o patrocínio da Sociedade de Jogos de Macau (SJM), o que aconteceu pelo nono ano consecutivo. A distribuição voltou a decorrer em moldes adaptados às contingências impostas pela pandemia.

Segundo a Santa Casa, as 372 famílias beneficiadas receberam os bens essenciais no decurso de três dias, a fim de evitar o habitual ajuntamento no recinto da Loja Social, anexo ao Centro de Reabilitação de Cegos, onde a distribuição dos cabazes tem sido realizada todos os primeiros sábados de cada mês, desde 2013.

No entanto, desde o mês passado, manteve-se o apoio das equipas de voluntários enviadas pelas empresas patrocinadoras, cujo

envolvimento se reveste de “grande interesse pelo calor humano incutido neste gesto solidário”, sublinhou a Santa Casa. Liderada pelo responsável dos recursos humanos da SJM, José Luís Achiam, a equipa da operadora de jogo entregou também um brinde extra, um “laisi” festivo, aos beneficiários de Março.

Angela Leong, directora executiva e CEO da SJM, fez a entrega simbólica do cheque de patrocínio de 300 mil patacas ao Provedor da Santa Casa, António José de Freitas. Na cerimónia, estiveram ainda presentes a secretária-geral da Santa Casa, Gisela Nunes, o presidente do Conselho Fiscal da União das Associações de Moradores, Leong Heng Kao, e o vice-presidente da direcção da Federação das Associações de Operários de Macau, Sam Iat Kong. Estas duas entidades associativas locais prestam apoio logístico à Loja Social da Irmandade desde o início deste projecto de solidariedade social.

Caso grave não está relacionado com vacina

O caso grave que foi detectado após a vacinação contra a COVID-19 não está relacionado com a administração da vacina, anunciaram as autoridades

Depois de antontem as autoridades terem dado conta de um caso grave após a inoculação de uma vacina contra a COVID-19, a situação foi investigada pelo Grupo de Trabalho de Avaliação de Evento Adverso após a Inoculação de Vacinas, tendo o mesmo chegado à conclusão de que se trata de um “evento coincidente”. De acordo com o padrão internacional para categorizar as situações adversas após a administração da vacina da Organização Mundial de Saúde (OM), o caso não está relacionado com a inoculação, podendo ser explicado por outros factores, como o facto da pessoa em questão já ter uma doença crónica.

O caso diz respeito a um homem de 67 anos. Segundo o Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus, após uma avaliação médica no Centro Hospitalar Conde de São Januário (CHCSJ) no passado dia 5 de Março não foi identificada nenhuma

contra-indicação, pelo que posteriormente foi administrada uma dose da vacina mRNA (BioNTech).

No dia de 9 de Março, o homem manifestou uma dor no peito esquerdo que aliviou após repouso. No dia seguinte, os sintomas agravaram-se pelo que recorreu ao Serviço de Urgência do CHCSJ. O eletrocardiograma efectuado identificou isquemia miocárdica e foi diagnosticado clinicamente como síndrome coronariana aguda.

Num comunicado emitido na quarta-feira, as autoridades disseram que o doente estava internado e em estado clínico considerado estável. Os Serviços de Saúde garantem que vão continuar a acompanhar estes casos para poder esclarecer o público e levá-lo a ter mais confiança na vacina.

Até quarta-feira, havia 55.552 agendamentos para vacinação e já 24.040 pessoas tinham sido inoculadas.

C.P./V.C.

IAS garante apoio a pequenas comunidades

O Instituto de Acção Social assegurou que os serviços públicos têm estado atentos às necessidades das pessoas de pequenas comunidades, prestando apoio em termos linguísticos, da educação e divulgação de informações

CATARINA CHAN

Em resposta a uma interpelação escrita de Sulu Sou sobre as políticas de apoio a residentes de comunidades minoritárias, o IAS asseverou que o Governo tem serviços de apoios contínuos a esses grupos da população. Sulu Sou tinha alertado que alguns residentes de pequenas comunidades sentem dificuldades no acesso à educação, mas o IAS frisou que a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEJ) tem promovido, através do plano curricular, a consciência multicultural dos estudantes.

“Algumas escolas públicas implementaram ainda medidas para ajudar os

alunos estrangeiros a estudar a língua chinesa”, salientou.

O IAS destacou que há recursos correspondentes aos estudantes do ensino especial com diversos contextos linguísticos, tendo formadas equipas em Inglês e Português, incluindo agentes de aconselhamento psicológico, terapeutas da fala e fisioterapeutas.

Além disso, o IAS afirmou que tem cooperado com o Centro WelAnser, da Caritas Macau, para ajudar residentes de etnias minoritárias a receberem informações sobre as recentes medidas de prevenção da epidemia e conhecimentos na área da protecção da saúde, através da plataforma electrónica e das linhas directas. “O serviço atingiu mais de 37.000 pessoas, e 450 casos foram alvo de acompanhamento no centro, envolvendo principalmente perturbações emocionais e problemas familiares”, acrescentou.

Por outro lado, frisou ainda, no âmbito da prevenção de crimes, a polícia colabora activamente com vários órgãos oficiais para chegar às pequenas comunidades, com informações disponíveis em Inglês, além das duas línguas oficiais na RAEM. A Polícia Judiciária realizou em 2020 quatro seminários destinados a trabalhadores não-residentes, com um total de 280 participantes.

Sulu Sou critica directrizes da TDM

Sulu Sou criticou as orientações “patrióticas” apresentadas pela TDM aos profissionais dos canais portugueses e ingleses

O deputado Sulu Sou criticou ontem as directrizes da Teledifusão de Macau (TDM) que indicam, entre outras coisas, que os jornalistas dos canais portugueses e ingleses não devem divulgar informações ou opiniões contrárias às políticas do Governo Central da China e que devem apoiar as medidas adoptadas pela RAEM, tal como noticiou o Jornal TRIBUNA DE MACAU.

“As mãos das autoridades já esperavam chegar ao mundo português e inglês como [fizeram com] os meios de comunicação chineses há cerca de 8/10 anos”, criticou Sulu Sou.

O jovem deputado disse ainda que, apesar da TDM receber dinheiro público, o “Governo deve respeitar altamente o profissionalismo e a autonomia dos meios de comunicação”.

De acordo com a Agência Lusa, um jornalista da estação, que pediu para não ser identificado, disse que pelo menos um editor já colocou o lugar à disposição. A mesma fonte

disse que os jornalistas aguardam esclarecimentos por parte da Comissão Executiva.

Conforme escreveu este jornal, aos profissionais terá sido transmitida a informação de que o incumprimento das orientações resultará em despedimento com justa causa.

As orientações foram transmitidas durante uma reunião com João Francisco Pinto e Gilberto Lopes, director e director-adjunto de Informação e Programas Portugueses da estação, respectivamente.

Ao que apurou a TRIBUNA DE MACAU, as instruções partiram da Comissão Executiva da TDM, tendo a direcção de informação dos canais em português apenas veiculado a informação aos profissionais. A estes também foi dito que devem divulgar e promover o patriotismo, o respeito e o amor à pátria e à RAEM. Ao mesmo tempo, foram informados de que a TDM apoia o princípio fundamental de que Hong Kong é governada por patriotas.

Foi ainda referido, entre outros, que a TDM é um órgão de divulgação da informação dos Governos Central e da RAEM, que difunde o princípio “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base” e divulga as políticas expressas nas Linhas de Acção Governativa do território.

Até ao fecho desta edição a presidente da Comissão Executiva da TDM, Lorman Lo Song Man, ainda não tinha respondido às questões enviadas por este jornal.